

## **AGRICULTURA FAMILIAR E OS DESAFIOS DA ATER EM SERGIPE**

Cosme Menezes Santana<sup>1</sup>  
João Ernandes Barreto Nascimento<sup>2</sup>

### **Resumo**

O objetivo desse trabalho consiste em analisar a agricultura familiar sergipana, a partir do caso do Agreste de Itabaiana, assim como os resultados e os desafios para a efetivação dos objetivos das políticas públicas de desenvolvimento rural. Além da fundamentação teórica e da coleta de dados primários, ressalta-se a relevância da coleta de dados secundários, nas seguintes fontes: O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e o Censos Agropecuários. Com isso, foram aplicados 87 questionários nas unidades familiares do Agreste de Itabaiana. A partir do que será discutido no presente trabalho, é possível afirmar que o incremento de novas atividades agrícolas e/ou não agrícolas aliado a ATER tem contribuído para a ampliação da capacidade de investimentos das famílias rurais mais pobres, no entanto um dos grandes desafios para uma maior efetividade das ações do Estado é a ocasional participação dos agricultores familiares nas discussões que envolvem as questões de interesse à agricultura familiar.

**Palavras-chave:** Agricultura familiar, Políticas Públicas e Desenvolvimento rural.

### **Introdução**

O meio rural brasileiro vem passando por transformações, tais como a disseminação da tecnologia e a incorporação de novos mercados de trabalho, fazendo-se necessário ampliar o olhar e o debate em torno das questões que envolvem o fortalecimento da agricultura familiar, principalmente após a parte final do século XX. Sendo assim, a agricultura familiar brasileira apresenta complexidade, principalmente, devido à diversidade presente não apenas no meio rural, assim como nas áreas urbanas, as quais acabam influenciando de forma direta ou indireta as atividades e a forma de se organizar das unidades familiares rurais. Consequentemente, as discussões sobre o fortalecimento da agricultura familiar envolvem diversas questões e consequências em torno da pobreza rural, da geração de renda e da (i) racionalidade econômica, além da inserção tecnológica das unidades familiares.

Neste contexto, a Assistência Técnica e a Extensão Rural (ATER) podem ser consideradas como estratégia importante para melhorar a renda e o modo de vida dos agricultores familiares, principalmente, do estereótipo (o agricultor pobre) destacado em Abramovay (2003), o qual acaba encontrando maiores dificuldades para se reproduzir e de inovar frente à incapacidade de investimento em que se encontra sujeito, sendo esse tipo de

---

<sup>1</sup> Graduando em Geografia pela Universidade Federal de Sergipe; email:cosmems@hotmail.com

<sup>2</sup> Mestrando em Geografia pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB) e bolsista da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação/UESB; email: joaoernandesbarreto@hotmail.com

agricultor e unidades familiares com base em Cardoso (2013), Mendes (2014) e Nascimento, C. (2005) o predominante no caso da região Nordeste do Brasil.

Diante disso, a partir de Mendes (2014), Nascimento, C. (2005) e Schneider (2010), verifica-se o desequilíbrio econômico e social presentes entre as regiões do Brasil, principalmente se comparado o Nordeste com o Sul. Sendo assim, com base em Piketty (2014), é possível afirmar que o Estado é um relevante agente que possibilitará a diminuição das desigualdades existentes no sistema econômico vigente. Nessa perspectiva, Abramovay (2003) destaca que, diante da nova forma de trabalho e econômica de se organizar dos agricultores familiares, torna-se importante fortalecer os territórios rurais, principalmente em áreas pobres, propiciando aos agricultores inseridos nesses locais o aumento na capacidade de investimento, pois quanto mais pobres forem essas famílias, menor será a capacidade de inserção social e qualidade de vida.

Para que ocorra a eficácia na aplicação das políticas de desenvolvimento rural, é preciso discutir as demandas de cada espaço geográfico, pois, o meio rural brasileiro contemporâneo apresenta-se cada vez mais diversificado e complexo, sendo possível, encontrar locais onde o modo de vida dos agricultores ainda seja tradicional e rudimentar, mas sem deixar de atentar-se para as novas formas de ocupação e demandas do “Novo Rural” brasileiro. Nesses termos, é possível afirmar que ao mesmo tempo em que ainda existem agricultores vivendo em extrema condição de pobreza e que dependem apenas das atividades agrícolas para prover o sustento das unidades familiares e das políticas de transferência de renda do Estado, ressalta-se que é possível evidenciar a existência de outro tipo de agricultor que busca não depender apenas das atividades agrícolas e que mesmo enfrentando barreiras como o baixo nível de conhecimento, seja ele tecnológico ou científico, pode ser enquadrado em outro perfil que o caracterize como dinâmico em relação ao primeiro, e mesmo apresentando algumas tendências tradicionais, necessita de ações que propiciem a sua independência social e econômica.

Nessa perspectiva, os desafios da agricultura familiar brasileira e particularmente do Nordeste vão além das questões fundiárias, pois é importante considerar que segundo o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), além de desconcentrar a terra, a política de reforma agrária tem como objetivo a produção de alimentos, geração de emprego e renda, combate à fome e a miséria, interiorização dos serviços públicos básicos, redução da migração campo-cidade, promoção da cidadania e da justiça social, diversificação do comércio e dos serviços no meio rural e a democratização das estruturas de poder. Com isso, são criadas várias medidas que visam o fortalecimento da agricultura familiar e a fixação dos agricultores no meio

rural, no entanto, com base em Martins (2003) é preciso que o Estado e os mediadores estejam atentos não apenas para um projeto de luta pela sobrevivência, mas sim olhar para essas famílias como populações que lutam por um projeto de vida.

Dentre as principais ações do Estado, será ressaltado nesse trabalho o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PRONATER), visando compreender os desafios do mesmo no estado de Sergipe, a partir da análise do caso do Agreste de Itabaiana, assim como os resultados e os desafios para a efetivação dos objetivos traçados pelos formuladores de políticas públicas. Com base no que é destacado como objetivo do INCRA entende-se que a ATER é a ação que mais contempla as metas do órgão, já que, a partir dos objetivos do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), ela busca entre os seus principais propósitos garantir assistência técnica e extensão rural aos agricultores familiares para a promoção do desenvolvimento sustentável das comunidades do campo, contemplado setores da educação, habitação e economia, já que a partir de Grisa & Schneider (2015) após o início do século XXI, gestores públicos e estudiosos do mundo rural e representantes da agricultura familiar passam a cobrar do Estado um “olhar” mais atento aos grupos vulneráveis, seja reivindicando políticas sociais ou na elaboração de estratégias para a inserção dos mais pobres nos mercados agrícolas.

Dessa maneira, torna-se relevante destacar a importância que o Estado pode exercer na reprodução das unidades familiares rurais, principalmente nas áreas mais pobres do Nordeste brasileiro, como é o caso da agricultura familiar em Sergipe, na qual os agricultores não dispõem de recursos financeiros ou instrução suficiente, para apropriar-se das novas técnicas agrícolas. Portanto, em espaços geográficos onde os índices de desenvolvimento humano são considerados baixos, os agricultores acabam tendo maiores dificuldades de si reproduzirem, sem o auxílio do Estado. Logo, as políticas públicas destinadas ao desenvolvimento rural, devem estar atentas às novas ruralidades do setor, além de fornecer mecanismos para a inserção dos agricultores familiares de áreas mais pobres, no ciclo do sistema produtivo e em suas racionalidades.

### **Procedimentos técnicos e metodológicos**

Ressalta-se a realização de levantamento e revisão da literatura, atentando para as discussões referentes aos novos desafios e perspectivas que envolvem a agricultura familiar no cenário atual, assim como, questões relacionadas às tendências e possibilidades das novas formas de se organizar da agricultura familiar, e os rebatimentos para as unidades familiares da

combinação de atividades agrícolas e não agrícolas, com olhar voltado para o caso dos agricultores familiares da microrregião do Agreste de Itabaiana e o papel da ATER no fortalecimento da agricultura familiar contemporânea.

Diante disso, a pesquisa de campo torna-se uma importante ferramenta para o confronto de informações referentes ao que está previsto pelas ações do Estado e a efetividade na vida dos agricultores familiares. Com isso a aplicação de 87 questionários nas unidades familiares do Agreste de Itabaiana e entrevistas semiestruturadas, podem ser considerados como fundamentais para discutir o presente tema. Além da fundamentação teórica e da coleta de dados primários, ressalta-se a relevância da coleta de dados secundários, nas seguintes fontes: O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e o Censos Agropecuários.

Sendo assim, no processo de construção desse trabalho, as reuniões semanais contribuíram para a compreensão da temática abordada e facilitando o contato com o orientador da pesquisa, através das discussões sobre questões de interesse para o tema abordado, realizadas no Grupo de Pesquisa sobre Dinâmica Rural Regional (GDRR/CNPq/UFS).

### **Agricultura familiar e os desafios da Extensão Rural**

Com base em Abramovay (2003) é possível afirmar que, um dos caminhos para a luta contra a pobreza rural no Brasil é aumentar a capacidade de investimento dos mais pobres, sendo que, conforme Mendes (2014) e Nascimento, C. (2005), essas famílias mais pobres, sobretudo no Nordeste, estão cada vez mais se tornando pluriativas. E a partir de Abramovay (2003) verifica-se que um dos principais desafios das políticas territoriais no Brasil tem sido melhorar a capacidade e as condições de acesso aos mercados desses agricultores pluriativos.

Dessa forma, a pluriatividade irá ser uma saída para a família residente em áreas rurais para a ampliação da renda, já que as atividades agrícolas não possuem por si só a capacidade de suprir as necessidades das famílias ao longo de um ano. Cabendo assim a essas famílias recorrer às atividades não agrícolas, não só como uma alternativa para continuar no meio rural, como também no caso das famílias pobres serviria como uma ponte para a passagem de uma atividade a outro e até uma saída da situação de pobreza.

Diante disso, para o Ministério do Desenvolvimento Agrário, o principal objetivo dos serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) é melhorar a renda e a qualidade de vida das famílias rurais, por meio do aperfeiçoamento dos sistemas de produção de mecanismo de acesso a recursos, serviços e renda, de forma sustentável. Sendo assim, a assistência técnica é um trabalho de orientação aos agricultores de maneira mais pontual, visando principalmente

à resolução de problemas relacionados com a produção, já a extensão rural é um serviço de educação não formal de caráter continuado, no meio rural, que promove processos de gestão, produção, beneficiamento e comercialização das atividades e dos serviços agropecuários e não agropecuários, inclusive das atividades agroextrativistas, florestais e artesanais.

Nesses termos, a partir dos objetivos apresentados pelo MDA e destacados em Alves et al. (2016), o foco da ATER consiste em combater a mortalidade infantil, desenvolver a educação e a habitação rural investindo em energia e infraestrutura, assim como investir na saúde através das obras de saneamento básico, além de promover a segurança alimentar e o apoio a programas como PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar) e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), dessa forma, essas ações tem como principal objetivo combater a pobreza rural. Nessa perspectiva, a ATER também busca fortalecer a cidadania através da documentação, assim como promover a inovação tecnológica através do crédito rural orientado e a reforma agrária a partir do crédito fundiário.

Dentre os principais objetivos da ATER, pode ressaltar o combate à pobreza rural e a partir das principais medidas, é importante destacar a importância da inovação tecnológica e a difusão do conhecimento, pois com base em Piketty (2014), é possível afirmar que esse caminho é o único capaz de elevar a qualidade de vida de determinado grupo da sociedade ou unidade familiar, sendo que para o autor “a difusão do conhecimento e das técnicas de produção é um processo fundamentalmente equalizador: uma vez que o menos avançado tenha alcançado o mais desenvolvido, ele para de crescer com tanta rapidez” (p.449). Nessa perspectiva surge o papel do Estado, o qual ainda a partir de Piketty (2014) deve possibilitar a igualdade de acesso aos bens fundamentais, sendo que “toda criança deveria poder ter acesso à formação, qualquer que seja a renda de seu país; toda pessoa deveria poder ter acesso a cuidados de saúde, inclusive e principalmente quando o país atravessasse uma fase ruim” (p. 465). Sendo assim, a juventude rural torna-se um determinante fator para o desenvolvimento rural em áreas pobres, a qual a partir da mão do Estado poderá representar o fortalecimento da agricultura familiar e a diminuição da pobreza e a miserabilidade.

No entanto, no Nordeste especificamente, as barreiras do presente precisam ser superadas, já que as tendências apontadas por Nascimento, C. (2005), como a concentração de pessoas envolvidas em atividades mal remuneradas, decorrentes do que é destacado por Cardoso (2013), que é a alta parcela da população com baixo nível de instrução, acaba dificultando não apenas a vida dos agricultores familiares, mas também, a permanência do



jovem que se depara em um ambiente com poucas opções e acaba sendo obrigado a sair do meio rural em busca de oportunidade, assim, para Alves et al. (2016) a ATER poderá auxiliar os produtores e escolherem o melhor sistema de produção em termos de rentabilidade econômica.

Pode-se destacar ainda algo que é apresentado no estudo feito por Nascimento, A. (2005), onde o autor destaca que as atividades não agrícolas na região Nordeste tendem a se concentrarem em setores que atribuem baixa remuneração. Isso também foi constatado em Nascimento, J. & Mendes (2015) em que os autores afirmam que agricultores sergipanos, relatam que já tentaram abandonar o meio rural e o trabalho com as atividades agrícolas, e dessa maneira, buscaram trabalhar em áreas urbanas, mas devido ao baixo índice de escolaridade do agricultor, o emprego que era encontrado acabava sendo ainda mais cansativo e mal remunerado do que o encontrado na agricultura devido ao baixo grau de escolaridade do indivíduo.

Com base nisso, pode-se ressaltar o pensamento de Sen (2010), Já que segundo ele, “a privação de liberdade econômica pode gerar a privação de liberdade social, assim como a privação de liberdade social ou política pode, da mesma forma, gerar a privação de liberdade econômica.” (p. 23). Ou seja, quando o agricultor necessita vender sua mão de obra por qualquer preço, ou migrar de maneira desordenada em busca de melhoras de vida, poderá estar sendo privado do processo de desenvolvimento substancial, e poderá acabar se submetendo a condições de vida miseráveis.

As discussões sobre o fortalecimento da agricultura familiar envolvem diversas questões, mais especificamente no Nordeste, que se apresenta diferenciado quanto ao restante do país, seja no aspecto fundiário, cultural, educacional, econômico e social, no entanto, nesse sentido, entende-se o Estado como o principal mediador para o desenvolvimento rural, elaborando e discutindo políticas públicas destinadas ao fortalecimento da agricultura familiar, aliado a diversificação, seja ela produtiva ou do trabalho por parte das unidades familiares, sendo estes, os principais fatores determinantes para o desenvolvimento rural, em áreas pobres, como fica evidenciado em Cardoso (2013), Mendes (2014), e Nascimento, C. (2005), sobretudo, diante dos novos desafios para a agricultura familiar, citados por Graziano da Silva (1997) & (2010), os quais decorrem do declínio das atividades agrícolas e o surgimentos de novas formas de organizar e utilizar o espaço rural brasileiro.

Dessa forma fica evidente a importância da participação do Estado no desenvolvimento da agricultura familiar, em que alguns autores destacam a política de crédito rural como decisiva

para a modernização desse setor. Mas para autores como Graziano da Silva (2010), os desafios da agricultura no Brasil vão além de problemas como a concentração da terra, o qual se torna necessária à superação da atuação de elementos que servem de barreira para o desenvolvimento da agricultura brasileira de uma maneira geral, já que para Graziano da Silva (2010) é preciso que se destaque a atuação dos movimentos rurais, que assim como a bancada ruralista, também, prejudicam os investimentos e incentivos do governo federal, já que buscam confundir os membros das cooperativas, levando-os a associar o crédito agrícola ao subsídio e dessa maneira atuam favorecendo a inadimplência tanto do setor agrário, quanto do setor agrícola brasileiro.

Mas não há dúvida de que os pequenos também contribuem para generalizar essa “cultura do não pagar” que hoje ameaça as bases do crédito rural no país. E mais: se for verdade que membros da bancada ruralista incentivam a prática de renegociação das dívidas do crédito rural como uma forma de assegurar sua liderança setorial. (GRAZIANO DA SILVA, 2010, p.181).

Sendo assim, é possível observar que ao mesmo tempo em que a agricultura brasileira apresenta locais em que se tem uma marcante integração da agricultura com a indústria, ainda existem áreas do país que precisam duelar contra elementos os quais acabam barrando o desenvolvimento deste setor. Nessa perspectiva, Martins (2003) destaca a manipulação ideológica existentes nos assentamentos de reforma agrária, em que os agricultores sentem empregados das instituições intermediadoras da reforma agrária, e acabam ficando reféns de funcionários do Estado que visam no movimento o alcance de algumas metas pessoais e também agem de forma camuflada no movimento, sendo assim:

Mesmo que haja discrepância e até conflitos entre os agentes do governo e os agentes do MST, há também funcionários e técnicos identificados com as metas da organização e que desenvolvem uma ação direta para enquadrar os assentados em suas diretrizes partidárias e doutrinárias, sem vínculo com os pressupostos e diretrizes do Estado. Podem-se entender as razões pelas quais o assentado se sente mandado e algumas vezes até mesmo empregado de uma organização rica, que seria o MST. Há aí a anulação do trabalhador rural como sujeito de ação e sujeito de processo histórico. (MARTINS, 2003, p.101).

Dessa forma, Martins (2003) destaca que o problema que envolve a questão agrária no Brasil não é somente a concentração fundiária, mas a forma com que as organizações ditas defensoras da reforma agrária enxergam essa questão. Pois no momento que o “sem terra” recebe a terra e precisa vendê-la, por não ter condições de lidar com ela, torna-se evidente a necessidade de se rever a política de reforma agrária, em que não é necessária apenas distribuir a terra, mas também criar mecanismos para fixar esse sujeito na nova propriedade. Com isso,

torna-se importante analisar os resultados do Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PRONATER) nos assentamentos de reforma agrária.

Portanto, principalmente no caso do Nordeste, e destacando o pensamento de Martins (1994), é importante afirmar que o Estado não deve ser um agente clientelístico, mas sim, deverá promover a autonomia das unidades familiares pobres, fornecendo aos agricultores mecanismos que possibilitem os mesmos superarem as barreiras ligadas às relações sociais e econômicas e a partir disso, a consolidação de uma nova mentalidade dos envolvidos no processo de fortalecimento da agricultura familiar e desenvolvimento territorial, pois para Alves et al.(2016) as cooperativas, prefeituras e associações são aliadas eficientes na luta contra as imperfeições de mercados, e, a extensão rural deve contribuir para construção desse entorno.

### Os desafios da agricultura familiar no estado de Sergipe

Com base em dados do IBGE e no trabalho de Nascimento, J. & Mendes (2015), verifica-se que os principais produtos agrícolas do Agreste de Itabaiana são, a banana, a laranja, o tomate, e o milho, com destaque para a batata doce e a mandioca. Por outro lado, em Nascimento, J. & Mendes (2015) verifica-se a importância da pluriatividade para as famílias rurais, à medida que, a diversificação dos rendimentos possibilita aos agricultores melhoria nas condições de vida. Com base nos dados da tabela 01, é importante observar que a agricultura familiar do estado Sergipe ocupa uma área superior a 50% das terras ligadas a agricultura sendo representada por mais de 93.000 estabelecimentos, o que leva a uma média inferior a 10 hectares por estabelecimento ligado a agricultura familiar.

TABELA 01- Estabelecimentos agropecuários dedicados à agricultura familiar e não familiar no Agreste de Itabaiana e em Sergipe - 2006.

	Agricultura familiar		Agricultura não Familiar	
	Número de Estabelecimentos	Área dos Estabelecimentos (ha)	Número de Estabelecimentos	Área dos Estabelecimentos (ha)
Sergipe	93.212	803.973	7.395	678.464
	92,65%	54,23%	7,35%	45,77%
Agreste de Itabaiana	11.977	37.921	717	36.394
	94,35%	51,03%	5,65%	48,97%

Fonte: Censo Agropecuário 2006.  
 Organização João Ernandes, Julho, 2017.

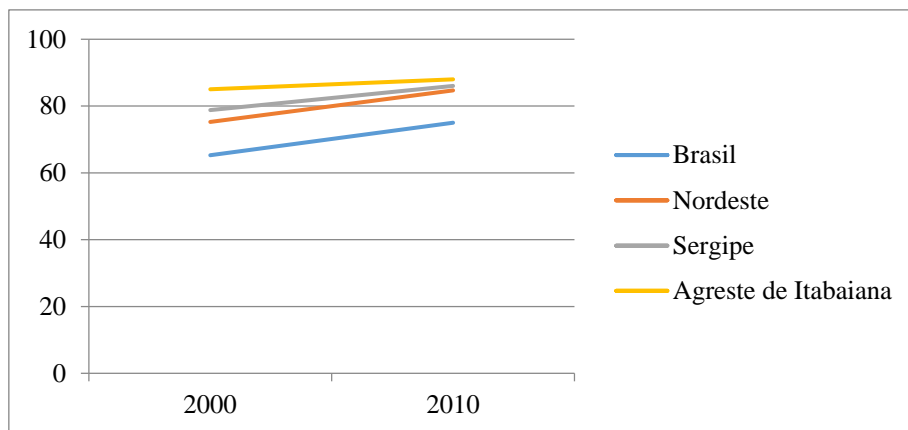
Embora as condições de vida nas áreas rurais permaneçam muito abaixo do ideal, verifica-se que essas famílias buscam alternativas para continuar residindo nesses locais, aonde



um dos agricultores do Agreste de Itabaiana destacam que “eu acabei voltando para a zona rural, devido ao custo de vida na cidade ser muito mais elevado e ter apenas encontrado serviço como ajudante de pedreiro ou carroceiro” (A.J.S, Junho, 2015). Dessa maneira, por não possuírem grau de instrução adequado para buscar uma vida digna na cidade, essas famílias rurais tendem a permanecerem, e assim buscarem mecanismos para auxiliar na sua sobrevivência, com isso vão buscar na pluriatividade, uma das estratégias para diversificar suas ocupações e rendimentos. No entanto, apesar da importância da pluriatividade na reprodução das unidades familiares do Agreste de Itabaiana, é relevante ressaltar que as atividades remuneradas nos domicílios rurais tendem a se concentrar em setores que atribuem baixas remunerações, assim como destaca Cardoso (2013), no caso do Nordeste, onde essas baixas remunerações acabam sendo uma das consequências dos baixos índices educacionais.

No gráfico a seguir, observa-se o crescimento do percentual de domicílios rurais envolvidos em atividades remuneradas com rendimentos inferiores a três salários mínimos no Agreste de Itabaiana, assim como em Sergipe e no Nordeste, fato que acaba sendo um dos agravantes no desenvolvimento da agricultura familiar, já que, esses domicílios acabam tendo que enfrentar situações de extrema pobreza, e se tornam cada vez mais dependentes das políticas de transferência de renda do Estado. Assim como, torna-se importante ressaltar o pensamento de Piketty (2014, p.559), pois, como os dados referentes à renda acabam ficando longe das pesquisas científicas, aonde, é constatado tanto com base no texto, quanto nas pesquisas de campo, o fato de em muitas ocasiões os agricultores familiares, por receio, omitirem os verdadeiros números, que representam a renda das unidades familiares, sendo assim acaba sendo muito difícil afirmar a verdadeira média de rendimentos dos domicílios, por outro lado torna-se relevante observar os padrões de vida dos domicílios pesquisados e a partir daí relacioná-los com os números obtidos.

GRÁFICO 01- Percentual dos domicílios rurais com rendimento inferior a 3 salários mínimos no Brasil, no Nordeste em Sergipe e no Agreste de Itabaiana 2000-2010.

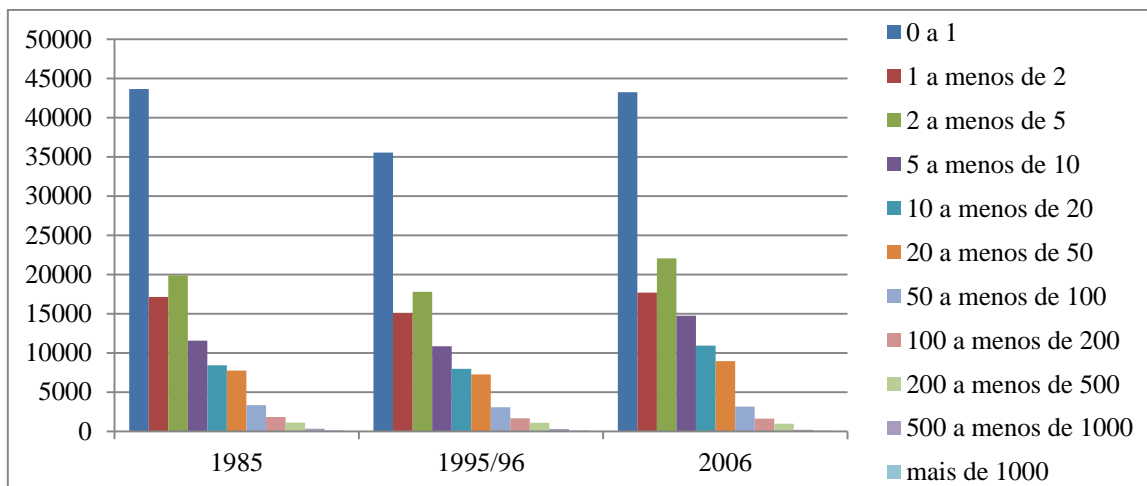


Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, setembro, 2016.

Nesses termos, as famílias rurais acabam encontrando nas atividades não agrícolas, uma importante alternativa diante das incertezas das atividades agrícolas, pois embora representem grande importância na sustentação econômica e alimentar das famílias, as unidades familiares monoativas estão mais sujeitas as incertezas das atividades agrícolas, já que como é possível verificar no gráfico abaixo, tanto os ganhos como a produção das principais atividades agrícolas ligadas a lavoura desenvolvidas no Agreste de Itabaiana, acabam oscilando e exigindo que esses agricultores busquem outras fontes de rendimento para garantir o sustento da unidade familiar.

Graziano (1997), destaca que os avanços técnicos propiciam aos agricultores familiares, introduzirem novas atividades ao longo da semana de trabalho sem abdicar das atividades agrícolas, já que o incremento de tecnologias no meio rural acabam exigindo cada vez menos tempo, direcionado exclusivamente, ao plantio e a colheita, dessa forma, assim como é evidenciada em Mendes (2014), e Nascimento, J. & Mendes (2015), a diversificação do trabalho em Sergipe e na microrregião do Agreste de Itabaiana não significou a diminuição na produtividade dos principais produtos da lavoura, pois verifica-se, em Nascimento, J. & Mendes (2015), o aumento da produtividade (em quilograma por hectare), em todos os produtos considerados como principais pelos agricultores familiares e pelo IBGE, exceto a banana e o feijão, os quais se mantiveram constante no período analisado, vale ressaltar ainda o salto no valor da produção anual (em reais), principalmente no caso da batata doce e da mandioca, além de os demais produtos terem se mantido em considerável crescente.

GRÁFICO 02- Distribuição dos estabelecimentos agropecuários por estratos de área (ha) e número de estabelecimentos em Sergipe 1985-2006



Fonte: Censos Agropecuários 1985-2006.  
 Organização: João Ernandes, Dezembro, 2016.

Com base no gráfico 02, é possível destacar o fato de apesar do número de estabelecimentos agropecuários com área inferior a 1 hectare caracterizados como agricultura familiar representarem a grande maioria dos estabelecimentos, além de ser possível fazer a relação com o tamanho da propriedade dessas unidades familiares, já que em 2006 mais de 90% dos estabelecimentos possuíam menos de 20 hectares ou são produtores sem terra. Com isso, verifica-se a importância que essas unidades familiares representam para o desenvolvimento do estado de Sergipe, pois mesmo correspondendo a uma maior subdivisão das terras são responsáveis pelos principais produtos da lavoura do estado, sendo possível afirmar também, que no período de 1995/96-2006 houve crescimento no número de estabelecimentos correspondentes aos três menores estratos de área.

Verifica-se que os domicílios rurais familiares do estado de Sergipe são caracterizados por serem compostos, em sua maioria, por pequenas propriedades, no entanto representam grande importância na produção agrícola do estado, com isso torna-se importante destacar o pensamento de Mendes (2014), pois o autor ressalta que a pluriatividade é caracterizada tanto pela combinação das atividades agrícolas e não agrícolas e/ou para agrícolas, assim como o autor ainda chama a atenção para o fato de os domicílios familiares pluriativos possuírem uma divisão interna do trabalho que possibilita aos mesmos diversificarem as rendas sem necessitar diminuir a dedicação às atividades agrícolas.

Dessa maneira, verifica-se que as unidades familiares pesquisadas no estado de Sergipe, buscam diversificar seus rendimentos como estratégia para manter o sustento das unidades familiares. Por outro lado, torna-se importante relacionar o comportamento da agricultura familiar do Agreste de Itabaiana, com algo que é apontado por Piketty (2014), pois, segundo o

autor, o fato de ao longo da história o fato da taxa de rendimento do capital sempre ter se mantido “dez ou vinte vezes superior à taxa de crescimento da produção e da renda (...) isso permite que uma determinada classe de proprietários se dedique a algo além da própria subsistência”p.345. É nessa perspectiva que observa-se o fato de ser possível a partir da própria lógica de reprodução do capital no século XXI, enxergar a agricultura familiar, mesmo em áreas pobres, como algo que pode representar muito mais do que apenas a dedicação a atividades agrícolas, assim como a utilização do meio rural, pode representar mais do que a subsistência desses agricultores familiares.

Verifica-se também algo frisado em Abramovay (2003), onde o autor destaca a importância das políticas públicas estarem atentas para mais um elemento marcante presente na agricultura familiar brasileira contemporânea, que é o caso do “empreendedorismo de pequeno porte”, assim principalmente no caso do Nordeste, as políticas de assistência técnica e extensão rural podem ser consideradas como algo relevante para o fortalecimento da agricultura familiar, já que como observa-se em Nascimento, C. (2005) e Mendes (2014), essas unidades familiares tendem a recorrer a diversificação dos rendimentos, em virtude das condições de pobreza que enfrentam, sendo assim estruturar e inserir esses agricultores de maneira competitiva na dinâmica econômica dos mercados pode ser considerado como uma importante estratégia para o fortalecimento do setor.

Outro elemento importante observado nas pesquisas de campo é a presença do atravessador, a qual acaba estimulando a produção na lavoura, já que diferentemente do que acontece em outras localidades, os estabelecimentos rurais do estado de Sergipe tendem a não ser dependente apenas desse atravessador, pois esse agente acaba tendo dificuldades em propor um preço mínimo, pelo fato das unidades familiares participarem de forma considerável da venda direta ao consumidor através das feiras, elemento que acaba proporcionando a esses agricultores, o artifício de terem a consciência dos preços pagos pela produção. Por outro lado, é importante destacar algo observado nas entrevistas de campo, aonde verificou-se a irracionalidade econômica presente nos domicílios familiares em apresentar organização das despesas e rendimentos, pois o principal argumento desses agricultores é que buscam somente prover o sustento familiar, e, por isso, não organizam as despesas, no entanto foi observado que os agricultores pluriativos, apresentam melhores condições de vida e de forma indireta apresentam maiores bens materiais.

As discussões sobre o fortalecimento da agricultura familiar envolvem diversas questões, principalmente no caso do Nordeste, que se apresenta diferenciado quanto ao restante do país, seja no aspecto fundiário, cultural, educacional, econômico e social, no entanto, neste trabalho, entende-se o Estado como o principal mediador para o desenvolvimento rural, elaborando e discutindo políticas públicas destinadas ao fortalecimento da agricultura familiar, aliado a diversificação, seja ela produtiva ou do trabalho por parte das unidades familiares, sendo estes, os principais fatores determinantes para o desenvolvimento rural, em áreas pobres, como fica evidenciado em Cardoso (2013), Mendes (2014), e Nascimento, C. (2005), sobretudo, diante dos novos desafios para a agricultura familiar, citados por Graziano da Silva (1997) & (2010), os quais decorrem do declínio das atividades agrícolas e o surgimentos de novas formas de organizar e utilizar o espaço rural brasileiro.

Sendo assim, ressalta-se que o meio rural contemporâneo não deve ser enxergado apenas como um ambiente ligado ao atraso, mas também, sim, como um espaço que vem passando, nas últimas décadas, por um processo de transformação e incorporação de novas atividades que exigem desses agricultores capacitação e racionalidade em gerenciar os ganhos nas unidades familiares. Com isso, as políticas de transferência de renda não são capazes de suprir a necessidades desses agricultores e, principalmente, os jovens, os quais necessitam de uma estruturação capaz de dinamizar a produção e inseri-los, de forma competitiva, na dinâmica dos mercados e suas racionalidades, tendo em vista os altos índices de evasão registrados no gráfico a seguir.

Como exemplo de políticas públicas voltadas para os jovens agricultores, o governo federal disponibiliza uma linha de crédito específica, PRONAF JOVEM, e que, ainda, é pouco acessada por motivos de requisitos profissionalizantes e até mesmo acesso a essa informação. Segundo a Secretaria da Agricultura Familiar/Ministério do Desenvolvimento Agrário (SAF/MDA) para acessar a linha de crédito perante os agentes financeiros, os jovens agricultores devem ter concluído ou está cursando o último ano em centros familiares rurais de formação por alternância ou em escolas técnicas agrícolas de nível médio, ter participado de curso ou estágio de formação profissional e ter recebido orientação de uma instituição prestadora de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER).

Nessa perspectiva, vale ressaltar alguns elementos que compõem a agricultura familiar contemporânea, aonde um deles é a semelhança e ao mesmo tempo a diferença se comparado com a micro ou grande empresa, já que segundo Abramovay (1992), “é sobre a base da unidade



familiar que se processa a própria concentração do processo produtivo.” (p.189). Com isso, diferentemente das unidades empresariais, a agricultura familiar tem como principal objetivo garantir a sustentação familiar através da diversificação do trabalho ou das atividades produtivas, principalmente, em áreas pobres, e não a reprodução do trabalho assalariado, por outro lado, cada vez mais é exigido do agricultor apresentar racionalidade econômica para tomar decisões dentro da unidade de produção familiar. No entanto é relevante destacar com base em Mendes (2014), que ao longo da história da humanidade os agricultores sempre buscaram melhores condições de trabalho, através do aprimoramento das técnicas, assim como maior independência em relação às condições da natureza. Com isso, entende-se que os avanços obtidos ao longo das últimas décadas, propiciaram a esses agricultores inserirem novas atividades tanto agrícolas quanto não agrícolas, sem abandonar a produção de alimentos.

Nesses termos, Abramovay (1992) aponta que, devido à capacidade de integração e a importância produtiva, “é praticamente infundada a associação da agricultura familiar à pequena produção” (p. 188), ou seja, essa associação acaba desconsiderando a importância da agricultura familiar, e a sua capacidade de integração aos mercados, já que com base em dados que estão sendo apresentados ao longo deste trabalho, observa-se que a produção da agricultura familiar, corresponde a grande parte da parcela do que é consumido no Brasil, onde o agricultor dedica-se, cada vez menos, exclusivamente a produção agrícola e com maior produtividade nos estabelecimentos rurais, dessa forma mesmo diante da concentração fundiária, o que se tem é cada vez maior produção na agricultura familiar em menores parcelas de terra e de tempo, ou seja, a agricultura familiar contemporânea apresenta características bastante distintas de uma “pequena produção”.

TABELA 02- Estabelecimentos agropecuários dedicados à agricultura familiar no Brasil, no Nordeste, no Sul e em Sergipe- 2006.

	Agricultura familiar		Agricultura não Familiar	
	Número de Estabelecimentos	Área dos Estabelecimentos (ha)	Número de Estabelecimentos	Área dos Estabelecimentos (ha)
Brasil	4.551.855	106.788.461	623.781	226.891.577
	77,89%	32,01%	12,11%	67,99%
Nordeste	2.274.114	35.429.809	179.946	40.644.602
	92,67%	46,57%	7,33%	53,43%
Sul	881.206	17.874.595	105.186	23.906.408
	89,35	42,78	10,65	57,22

Sergipe	93.212	803.973	7.395	678.464
	92,65%	54,23%	7,35%	45,77%

Fonte: Censo Agropecuário, 2006.

Organização: João Ernandes, Setembro, 2015.

A tabela acima representa que, mesmo representando a grande maioria dos estabelecimentos rurais a agricultura familiar representa a menor parcela das terras nos recortes destacados, exceto Sergipe, onde a agricultura familiar corresponde a mais de 54% das terras sergipanas, o Censo agropecuário de 2006, ainda revela que, no Brasil (78,41%), no Nordeste (82,53%), no Sul (85,81%) e em Sergipe (92,54%), dos estabelecimentos agropecuários possuem menos de 50 (hectares) e (4,93%, 7,38%, 1,97% e 2,23%) respectivamente representam os produtores sem área dentre o total de estabelecimentos pesquisados, no entanto segundo a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) a agricultura familiar é responsável por mais de 80% da ocupação no setor rural e responde no Brasil, por sete de cada 10 empregos no campo e por cerca de 40% da produção agrícola, e segundo o Portal Brasil/MDA a 70% do que foi consumido no Brasil em 2011.

Sendo assim, além da concentração fundiária, como ressalta Navarro (2001), questões relacionadas aos péssimos índices educacionais, além da pobreza material e baixas condições de vida, são citados pelo autor como tão determinantes quantos os mecanismos de dominação política, enraizados na região Nordeste do Brasil. Outro desafio para a agricultura familiar principalmente no Nordeste é o processo de diminuição da população rural, ou a queda significativa do percentual de domicílios rurais, por outro lado, observa-se, o aumento do número de domicílios no período observado na tabela 02, exceto na região Sul do Brasil, a qual na última década é possível observar que, apesar da queda no número total de domicílios observada no período 1970-2010, verifica-se que no período 2000-2010 o número de domicílios começa a aumentar. O inverso se observa no que se refere à população, já que todos os recortes analisados apresentaram declínio considerável de sua população rural, exceto, Sergipe que apresentou crescimento da mesma.

Navarro (2010), também reconhece a importância das políticas públicas para o fortalecimento da agricultura familiar, no entanto, segundo o autor, por não considerar a imensa diversidade da agricultura familiar brasileira as políticas públicas acabam esbarrando, “em crescentes inconsistências, pois não são informadas pelas diferenças socioeconômicas, padrões de racionalidade e graus diferenciados de sociabilidade capitalista que são a marca principal do mundo rural brasileiro” (p. 206). Dessa maneira, Graziano (2010) destaca que, é preciso atentar-

se para a existência do que ele denomina como as “agriculturas brasileiras”, pois, para Graziano (2010), “Já não se pode mais falar de um único determinante, nem de uma única dinâmica geral, nem de um único setor agrícola – o qual é, hoje, uma estrutura complexa, heterogênea e multideterminada” (p.168). Portanto, áreas pobres como o Nordeste, necessitam de atenção especial nas discussões referentes à aplicabilidade de políticas públicas destinadas para o fortalecimento da agricultura familiar.

Sendo assim, conclui-se que a pluriatividade tem se consolidado como uma estratégia determinante para o crescimento das unidades familiares rurais, sergipanas e nordestinas, aonde Mendes (2014) destaca que, “52% das unidades familiares do estado de Sergipe são pluriativas” (p.241). Com isso, torna-se importante o Estado reconhecer a pluriatividade como um fator que pode dinamizar cada vez mais o meio rural nordestino, assim como foi destacado por Nascimento, J. & Mendes (2015), aonde, no caso do Agreste de Itabaiana, é possível evidenciar, dois tipos de unidades familiares, a primeira mais dependente das atividades agrícolas, ou seja, monoativas, dessa forma, apresentavam piores condições de sobrevivência, já o segundo tipo de unidade familiar, a pluriativa, é destacada pelos autores como responsáveis pelas melhores condições de vida, pois, mesmo apresentando dificuldade em gerenciar as fontes de renda, plantam, vendem e buscam rendimentos tanto nas atividades agrícolas quanto não agrícolas.

Portanto, a disseminação das atividades não agrícolas no meio rural brasileiro como ressalta Graziano (1997), que caracterizam “o novo rural brasileiro”, não significaram o declínio da produção na unidade familiar, mas sim, a possibilidade da ampliação da renda, conseqüente da maior disponibilidade de tempo oriunda da incorporação de novas tecnologias nas atividades agrícolas, que acaba exigindo cada vez menos membros da unidade familiar dedicando-se somente a atividade agrícola, nesses termos, Mendes (2014), ressalta que a pluriatividade não significa apenas a geração de renda, “mas a reconquista da dignidade” (p.245), a qual acabou sendo ocultada pela expansão do capitalismo, e políticas públicas mal elaboradas e/ou mal executadas.

### **Considerações finais**

A partir do que foi discutido no presente trabalho, é possível afirmar que o incremento de novas atividades agrícolas e/ou não agrícolas aliado a ATER tem contribuído para a ampliação da capacidade de investimentos das famílias rurais mais pobres, no entanto um dos grandes desafios para uma maior efetividade das ações do Estado é a ocasional participação dos agricultores familiares nas discussões que envolvem as questões de interesse à agricultura

familiar. Apesar dos desafios existentes como baixos índices de escolaridade e de renda, têm ocorrido à melhoria nas condições de vida dos agricultores familiares nas últimas décadas, resultados das políticas públicas destinadas à superação dos altos índices de pobreza rural, e baixos índices de desenvolvimento socioeconômicos. Fatores econômicos, como a pobreza rural, assim como elementos políticos podem contribuir para ampliar a inadimplência junto ao Estado, sendo a cultura do “não pagar”, ou seja, a inversão do conceito de crédito rural com o subsídio agrícola, sendo que essa ideologia acaba se constituindo como uma das principais barreiras para o fortalecimento da agricultura familiar.

Diante dos avanços da agricultura familiar brasileira, verificados nas últimas décadas, ressalta-se a importância da ATER no estado de Sergipe, entendendo que mesmo fazendo parte dos desafios do meio rural nordestino, pode apresentar especificidades que possam contribuir para entender as contradições do desenvolvimento do meio rural brasileiro. Para isto, o estudo em tela tem a finalidade de discutir as ações do (extinto) Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), as quais buscam diminuir as desigualdades sociais, técnicas, produtivas e econômicas, em relação a outras áreas do país. Conseqüentemente, torna-se relevante o papel da ATER, pois, esses recebem grandes ações, e, com isso, é importante frisar os avanços conseguidos pelos agricultores familiares e o universo de unidades familiares atingidas por essa ação em Sergipe, no entanto torna-se importante fortalecer as políticas públicas para essa parcela da população, tornando esses agricultores cada vez mais independentes possibilitando aos agricultores familiares o domínio do processo de produção e comercialização dos produtos rurais.

Nessa perspectiva, a assistência técnica e extensão rural surgem como uma importante ferramenta para a inserção, dos agricultores familiares beneficiados, de maneira racional na dinâmica dos mercados e ganharem autonomia econômica, e, assim, saírem da situação de pobreza, através do aumento da capacidade de inovar e aquisição de novas competências produtivas, permitido aos agricultores inserirem-se melhor nos mercados mais dinâmicos e produtivos, sendo relevante destacar que, apenas o estímulo a geração de renda não é ou será o único caminho para o desenvolvimento do setor, sendo importante criar estratégias para a sustentabilidade social e ambiental, e, o acesso a serviços básicos como saúde e educação é o principal caminho para a superação das privações substanciais na vidas das familiar rurais.

Dessa maneira, verificou-se a importância e as contradições da política territorial e do PRONATER no estado de Sergipe, seja pela fragilidade de diálogo entre os agricultores

familiares e os Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável (CMDRS), ou até mesmo pela falta de estímulo, interno ou externo a unidade familiar que propiciem a participação desses agricultores em órgãos que devem promover o desenvolvimento rural, nesses termos é possível afirmar que as instituições públicas têm perdido, nas últimas décadas, credibilidade junto aos agricultores familiares, fazendo surgir mais um grave desafio para a efetividade das ações Estado.

## Referências

- ABRAMOVAY, Ricardo. **De camponeses a agricultores: os paradigmas do capitalismo agrário em questão**. Campinas-SP: UNICAMP/IE (1990). (Tese de Doutorado).
- ABRAMOVAY, Ricardo. **Desenvolver os territórios fortalecendo o empreendedorismo de pequeno porte**. 1º Forum Internacional território, Desenvolvimento Rural e Democracia. Relatório Final. Fortaleza, novembro 2003. 35 p.
- ANDRADE, M. B.; SANTANA, R. **Desafios e contrastes em assentamentos rurais em Sergipe: O caso da Barra da Onça em Poço Redondo**. Anais do II Simpósio Regional de Desenvolvimento Rural; 11p. 2012.
- CARDOSO, Jucyene das Graças. **Agricultura familiar, pluriatividade e políticas públicas na região Nordeste e Sul do Brasil, nos anos 1990 e 2000: trajetórias de desafios**. Uberlândia-MG: UFU/MG, 2013. (tese de doutorado).
- GARCIA, Junior Ruiz. **Trabalho Rural: Tendências em face das transformações em curso**. In: O mundo rural no século 21: A formação de um novo padrão agrário e agrícola/ Antonio Marcio Buainain, Eliseu Alves, José Maria da Silveira, Zander Navarro. Brasília-DF: EMBRAPA, 2014. P. 561-589.
- GRAZIANO DA SILVA, José, **O novo rural brasileiro**. Nova Economia, v. 7, n. 1. Belo Horizonte- MG, 1997. p. 43-81.
- GRAZIANO DA SILVA, José. **Os desafios das Agriculturas Brasileiras**. In: A Agricultura Brasileira: desempenho, desafios e perspectivas / organizadores: José Garcia Gasques, José Eustáquio Ribeiro Vieira Filho, Zander Navarro. - Brasília: Ipea, 2010. p. 157-184.
- HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005 (capítulos 2, 5 e 7).
- PAULINO, Eliane T., ALMEIDA, Rosemeire A. de. **Terra e território: a questão camponesa no capitalismo**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.
- MARTINS, José de S. **O sujeito oculto: ordem e transgressão na reforma agrária**. Porto Alegre, RS: UFRGS, 2003.
- MARTINS, José de S. **O cativo da terra**. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1979.



MARTINS, José de S. **O Poder do Atraso: Ensaios de Sociologia da História lenta**. São Paulo: Editora Hucitec, 1994.

MARTINS, José de S. **Reforma Agrária: O impossível diálogo sobre a história possível**. Revista Tempo social. USP; São Paulo, p. 97-128. Editado em fev. 2000.

MDA. **Orientações Gerais Para a Elaboração e Qualificação do PTDRS**. -Programa Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais. Brasília/ agosto de 2009.

MENDES, Marcelo Alves. **Os (des) caminhos geográficos e a pluriatividade na agricultura familiar: aspectos teóricos e cotidianidade da agricultura familiar no Nordeste**. 1. ed. São Paulo: Novas Edições Acadêmicas, 2014. v. 200. 261p.

Ministério de Desenvolvimento Agrário -MDA. **Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável: Guia para Planejamento**. Brasília, 2009.

NASCIMENTO, Carlos A. do. **Pluriatividade, pobreza rural e políticas públicas**. Campinas-SP: UNICAMP/IE, 2005. (Tese de Doutorado).

NASCIMENTO, J. E. B; MENDES, Marcelo Alves. **Dinâmica da agricultura familiar na Microrregião do Agreste de Itabaiana**. Anais do VII Simpósio Internacional de Geografia Agrária. Goiânia-GO: Editora da UFG, 2015. v. Único. p. 579-592.

PIKETTY, Thomas. **O capital no século XXI**; Tradução Monica Baumgarten de Bolle. – I ed. – Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

SANTOS, J. C. dos; MENDES, Marcelo Alves. **Gestão Social e Democratização das políticas públicas para o meio rural do Nordeste brasileiro**. Anais do VII Simpósio Internacional de Geografia Agrária. Goiânia-GO: Editora da UFG, 2015. v. Único. p. 607-618.

SCHNEIDER, Sérgio. **Situando o desenvolvimento rural no Brasil: o contexto e as questões em debate**. Revista de Economia Política, vol. 30, nº 3 (119), p. 511-531, julho-setembro/2010.

SANTOS, J. C. dos; MENDES, Marcelo Alves. **Gestão Social e democratização das políticas públicas para o Nordeste brasileiro**. Anais do VII Simpósio Internacional de Geografia Agrária. Goiânia-GO: Editora da UFG, 2015. v. Único. p. 607-619.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. Tradução Laura Teixeira Motta - São Paulo: Companhia de letras, 2010. 461 p. 4ª reimpressão.

#### **Dados coletados em:**

<http://www.mda.gov.br/>

[http://www.incra.gov.br/http://www.agricultura.gov.br/arq\\_editor/file/camaras\\_setoriais/Capri\\_nos\\_e\\_ovinos/22\\_reuniao/Lei\\_de\\_Ater.pdf](http://www.incra.gov.br/http://www.agricultura.gov.br/arq_editor/file/camaras_setoriais/Capri_nos_e_ovinos/22_reuniao/Lei_de_Ater.pdf)

<http://www.cidades.ibge.gov.br/>; acessado em 05/07/2017.